

O Sucesso de África: Uma história que transcende os recursos naturais

Publicado em 31 de Outubro de 2013 no blog iMFdirect



Por [Antoinette M. Sayeh](#)

Nos encontros com pessoas de fora da África, muitas vezes me perguntam se o arranque do crescimento africano desde meados da década de 1990 é apenas uma “história movida a matérias-primas” — uma jornada impulsionada pelos ganhos extraordinários decorrentes dos preços elevados dos produtos de base. Mas os ministros das finanças e outras autoridades da região, um grupo do qual já fiz parte, sabem que a história é bem mais complexa. Nesse espírito, na edição mais recente de nosso relatório sobre as perspectivas regionais da África Subsariana (*Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*) uma equipa de economistas do Departamento de África do FMI mostra que o sucesso contínuo do continente é muito mais do que uma história movida a matérias primas. De facto, um número significativo de economias da região conseguiu se transformar em países de alto desempenho sem que o êxito deles dependesse dos recursos naturais — em larga medida graças às políticas sólidas.

Ao formular as suas conclusões, os meus colegas examinaram atentamente seis países (Burkina Faso, Etiópia, Moçambique, Ruanda, Tanzânia e Uganda) no período compreendido entre 1995 e 2010. Todos esses países lançaram as bases para o crescimento sustentado ao transformar completamente a situação macroeconómica deles, muitas vezes após um período de devastadores conflitos. Impressionou-me, em especial, o facto de que esses países tinham visões abrangentes e quadros estratégicos que possibilitaram essa virada.

- **Burkina Faso** dedicou enorme esforço às instituições e concentrou-se desde o início na planificação macroeconómica a médio prazo. Demonstrou grande habilidade na gestão do sector algodoeiro, que é importante para o país e provê o sustento dum grande número de pessoas pobres.
- **Etiópia**, de longe o país mais populoso na amostra, acelerou o crescimento ao apoiar activamente a agricultura e determinados produtos e serviços de exportação (flores de corte, turismo e viagens aéreas).
- **Moçambique** atraiu um volume significativo de investimentos estrangeiros e outros fluxos de capitais externos no final da década de 1990, e esses recursos financiaram mega projectos com uso intensivo de capital para a produção e transmissão de electricidade e gás, com a energia eléctrica a ser usada na produção do alumínio.
- **Ruanda** experimentou uma virada após conquistar a estabilidade política, sustentada por uma estratégia nacional de recuperação que concentrou-se com muito sucesso em sectores específicos, como o turismo e o café.
- **Tanzânia** alcançou o crescimento elevado e sustentado em três vagas bem articuladas de reformas macroeconómicas e estruturais, que se estenderam a todos os sectores.
- **Uganda** começou a realizar reformas macroeconómicas e estruturais significativas às vésperas da década de 1990, estimulou o investimento privado e lançou uma política de diversificação da sua base de exportações para incluir produtos não tradicionais.

A principal lição extraída desses casos nacionais é o que meus colegas denominam um *círculo virtuoso* — os seis países adoptaram políticas sensatas e viradas para o médio prazo e realizaram importantes reformas estruturais e isso, por seu turno, atraiu fluxos acrescidos de ajuda financeira e tornou possível que esses países beneficiassem de alívio da dívida, o que liberou os seus próprios recursos. Esses ganhos transformaram-se no espaço fiscal para alargar os gastos sociais e o investimento de capital, em especial em infra-estruturas, e isso contribuiu para o crescimento mais elevado.

A importância da agricultura

Ao examinarmos a estrutura dessas seis economias, vemos imediatamente que a agricultura ainda se reveste de enorme importância na maioria dos países, empregando cerca de 80 por cento da força de trabalho activa em Moçambique e no Burkina Faso, 71 por cento no Uganda e 65 por cento na Tanzânia. Sabemos também que os pobres estão concentrados nas zonas rurais, e a maior parte das populações mais carenciadas depende da agricultura de subsistência para o seu sustento.

Todos os países têm ainda um potencial significativo para aumentar a sua produção agrícola no futuro, o que será importante para alcançar o crescimento mais inclusivo — o crescimento que seja partilhado de forma mais equilibrada entre todos os segmentos da população, incluindo os mais pobres. Etiópia e Ruanda já deram mostras de que programas públicos para alargar o acesso a sementes e fertilizantes podem elevar drasticamente a produtividade agrícola.

Os serviços são também um importante motor do crescimento na nossa amostra de seis países, o que reflecte, em certa medida, a expansão do sector das telecomunicações. Os telefones móveis são hoje um importante instrumento de comunicação entre as populações africanas — e também transmitem informações valiosas, tais como os preços de mercado das colheitas. É claro que podem também ser usados para actividades de banca móvel em alguns países, inclusive em áreas remotas sem acesso à telefonia fixa. Estou animado com esta inclusão financeira por meio da telefonia móvel de pessoas mais pobres — pessoas que continuam excluídas do sistema financeiro formal.

O espaço no orçamento

Também gostaria de sublinhar que os nossos seis países criaram e utilizaram com sabedoria seus espaços fiscais. "Espaço fiscal" é o espaço no orçamento para investimentos produtivos e outros gastos prioritários. Os seis países beneficiaram desde cedo do alívio da dívida e receberam também fluxos externos relativamente volumosos, quer na forma de ajuda ao orçamento, quer na forma de investimento directo estrangeiro — mais uma prova do seu nível avançado de formulação de políticas e visão estratégica.

E posso afirmar que esses recursos vieram se juntar a um ambiente produtivo. As taxas de investimento da amostra de países foram mais elevadas do que as de seus pares, e eles investiram em infra-estruturas e nos sectores da saúde e educação. Moçambique fez até algumas experiências com parcerias público-privadas para o desenvolvimento das suas infra-estruturas, em especial caminhos-de-ferro, portos e estradas com portagem.

Olhando para a frente, ainda há sérios desafios a vencer, mas as grandes oportunidades são bastante animadoras. A despeito do elevado volume de investimentos, as infra-estruturas nos países na amostra têm ainda um longo caminho a percorrer para atender às necessidades básicas da população. É difícil administrar um negócio em meio de cortes de energia contínua e escassez de eletricidade. Os agricultores não podem comercializar normalmente os seus produtos, pois não há estradas que os liguem aos centros urbanos. Por conseguinte, o investimento elevado e sustentado em infra-estruturas, especialmente nos sectores de transportes e energia, ainda é fundamental.

No conjunto, porém, os seis países estudados por meus colegas — Burkina Faso, Etiópia, Moçambique, Ruanda, Tanzânia e Uganda — conseguiram se transformar em países de alto desempenho, mesmo sem serem produtores de recursos naturais, e acredito que, com as políticas apropriadas, estão no caminho certo para se tornarem mercados emergentes.